



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
1. INTERNET: ORIGEM, EVOLUÇÃO E O FUTURO	21
1. A História da Internet no Mundo	21
1.1. A ARPANET: o início de tudo	21
1.2. A <i>World Wide Web</i> : uma nova interface	26
1.3. O fim da ARPANET e o nascimento da Internet. A privatização	28
2. A Internet no Brasil	30
3. A evolução e o futuro da Internet	32
2. A ARQUITETURA DA INTERNET E CONCEITOS TECNOLÓGICOS	41
1. A Arquitetura da Internet	41
1.1. Introdução	41
1.2. Números IP	42
1.3. Provedores	51
1.4. Administrador de Sistema Autônomo	53
1.5. Serviços da Internet	54
1.6. Arquiteturas de rede	54

1.7.	Registros	58
1.8.	Os Nomes de Domínio	60
1.9.	Os “níveis” de acesso da Web: <i>surface</i> , <i>deep</i> e <i>dark</i>	73
1.10.	<i>Cloud computing</i> (“computação em nuvem”)	75
1.11.	Redes sociais	77
1.12.	Formas de identificação e localização de conteúdo	78
2.	Conceitos tecnológicos	83
2.1.	Algoritmos	83
2.2.	Programas, código-fonte e engenharia reversa ..	84
2.3.	Inteligência Artificial (IA)	88
2.4.	Criptografia	90
3.	A GOVERNANÇA DA INTERNET	97
1.	Conceito de Governança	97
2.	Atores	98
2.1.	Atores-executivos globais	98
2.2.	Atores-executivos nacionais	101
3.	Princípios	104
3.1.	Princípios Internacionais	104
3.2.	Princípios Nacionais	109
4.	Normas	111
4.1.	Normas Internacionais	111
4.2.	Normas Nacionais	113
5.	Políticas	116
5.1.	Políticas Internacionais	116
5.2.	Políticas Nacionais	116

4. PROCESSO 4.0	119
1. Introdução	119
1.1. Do processo em papel para o “Processo 4.0” ..	119
1.2. A Origem do Processo Eletrônico	121
2. Processo 4.0	122
2.1. O “Processo 4.0” e o programa Justiça 4.0 do CNJ	122
2.2. Microssistema normativo do Processo 4.0	124
2.3. Atos processuais	125
2.4. A assinatura eletrônica	127
2.5. Requisitos do Processo 4.0	131
2.5.1. Requisitos para os Tribunais	131
2.5.2. Requisitos para os usuários	136
2.6. Regulamentação pelo Poder Judiciário	137
2.7. Requisitos da Petição Inicial	138
2.8. Distribuição de petições	139
2.9. Procuração	140
2.10. Das Comunicações dos Atos Processuais	140
2.10.1. Das Comunicações pelo Diário da Justiça	141
2.10.2. Das Comunicações por portais	142
2.10.3. Comunicação de atos processuais por meio de aplicativos de mensagem e outros meios eletrônicos	146
2.11. Cartas e ofícios	148
2.12. Momento da prática dos atos processuais. Questões sobre prazos processuais	148
2.13. Indisponibilidade do sistema e efeitos nos prazos processuais	149

2.14.	Documentos	151
2.14.1.	Documentos digitais e digitalizados ...	151
2.14.2.	Da Impossibilidade de digitalização de documentos	153
2.14.3.	Da anexação de documentos de mídia	153
2.15.	Conservação e Segurança da Informação	156
2.16.	Fornecimento de Equipamentos Tecnológicos ..	158
2.17.	Publicidade no Processo 4.0. Dos desafios da compatibilidade com a LGPD	158
2.17.1.	Publicidade no Processo 4.0	158
2.17.2.	O processo 4.0 e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais	160
2.18.	Negócios Jurídicos Processuais no Processo Eletrônico	162
2.19.	As Prerrogativas do Advogado no Processo Eletrônico	163
3.	Inovações Tecnológicas do Poder Judiciário	164
3.1.	Videoconferência	164
3.1.1.	Conceito, características e requisitos	164
3.1.2.	Previsão Normativa	165
3.1.3.	Requisitos técnicos das videoconferências	166
3.1.3.1.	Das regras da Resolução 354/2020 CNJ	167
3.1.4.	Testemunha e incomunicabilidade	171
3.2.	Juízo 100% Digital	172
3.3.	“Balcão Virtual”	174
3.4.	Núcleos de Justiça 4.0	175

3.5.	Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro – PDPJ-Br	177
3.6.	Inteligência Artificial	178
4.	Pensando no futuro do processo 4.0	182
5.	PROVAS DIGITAIS	191
1.	Provas Digitais	191
1.1.	Introdução. Conceito	191
1.2.	Normas jurídicas e técnicas aplicáveis	193
1.3.	Classificação das provas digitais	195
1.4.	Validade e força probante das provas documentais digitais	204
1.5.	Preservação e produção de provas digitais	209
1.6.	A prova digital e os parâmetros de precisão e de determinação (“afunilamento probatório”)	217
2.	Provas Digitais Documentais em Espécie	218
2.1.	Provas em provedores de conexão	218
2.2.	Provas em provedores de telefonia	228
2.3.	Provas em provedores de aplicação	230
2.3.1.	Regras Gerais	230
2.3.2.	Provas em provedores de aplicação específicos	239
2.4.	Acesso aos registos de conexão e de aplicação	252
2.5.	Provas em computadores e outros dispositivos informáticos	270
2.6.	Provas em e-mails	270
2.7.	Ata Notarial	273
2.8.	O “Print”	274
2.9.	Nomes de Domínio e Sites	279

2.10.	Provas em Fontes Abertas	287
2.10.1.	Google	290
2.10.2.	Twitter	293
2.10.3.	Facebook	296
2.10.4.	Ferramentas e sites para a pesquisa em fontes abertas	297
3.	Interceptação Telemática	309
4.	Perícia Forense	313
4.1.	A perícia em computadores	313
4.2.	A perícia “algorítmica”	314
4.3.	“Antiforense”	316
5.	Provas Digitais Ilícitas	318
	ANEXO: MODELOS DE PETIÇÕES	323
	BIBLIOGRAFIA	339